

EDUCAÇÃO FÍSICA E EDUCAÇÃO ESPECIAL

Adriely Madruga¹

Francisco José Fornari Sousa²

RESUMO

Deficiência Intelectual pode ser definida como um funcionamento intelectual significativamente inferior à média, e pode ser diagnosticada em indivíduos que possuem QIs entre 70 e 75 que exibam déficits significativos no comportamento adaptativo. Na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9394/96 e nas políticas educacionais emanadas do Ministério da Educação determinam que alunos com deficiências sejam atendidos preferencialmente na rede regular de ensino. O processo de inclusão gera uma exigência de transformação na escola, pois acarreta a inserção no ensino regular de alunos com quaisquer déficits e necessidades, cabendo às escolas se adaptarem às necessidades deles. Este artigo buscou pesquisar alguns objetivos de educação física em alunos com deficiência intelectual. As pesquisas mostraram que, segundo os professores de educação física, estes alunos ganham muito em questão socialização e interação com os demais.

Palavras-chave: Deficiência Intelectual. Inclusão. Socialização.

ABSTRACT

Intellectual disability can be defined as an intellectual functioning significantly below average, and can be diagnosed in individuals with IQs between 70 and 75 who exhibit significant deficits in behavior adaptive. Na Law of Directives and Bases of National Education 9394/96 and policies education issued by the Ministry of Education require that students with disabilities are treated preferentially in the regular school system. The inclusion process generates a demand for change in school, since it involves the inclusion of students in

¹ Acadêmica do curso de Educação Física 8ª fase.

² Professor Mestre do Curso de Educação Física do Centro Universitário FACVEST

regular education with any deficits and needs, leaving schools to adapt to their needs. This paper aims to research some goals in physical education students with intellectual disabilities. Research has shown that, according to the physical education teachers who work with them make a lot of these students in question socialization and interaction with others.

Words-Key: Intellectual Disability. Inclusion. Socialization.

1 INTRODUÇÃO

Ao abordar o tema inclusão do deficiente intelectual nas aulas de Educação Física, busca-se investigar quais os benefícios que a Educação Física proporciona para alunos deficientes intelectuais que estão inclusos no ensino regular.

Se consultarmos o dicionário Michaelis (2009), verificamos que a palavra incluir significa compreender, abranger, fazer parte, pertencer, processo que pressupõe, necessariamente e antes de mais nada, uma grande dose de respeito.

Os alunos com deficiência intelectual precisam estar sempre sendo estimulados, pois tem tendência a serem mais sedentários, e o professor de educação física tem papel fundamental para isso, pois muitas vezes é só nas aulas de Educação Física que esses alunos têm oportunidade de se movimentar. (ROSADAS, 1989)

Sendo assim a Educação Física desempenha um papel fundamental no desenvolvimento global da pessoa com deficiência intelectual, com a inclusão destes alunos vieram à tona inúmeros desafios para os profissionais da área, devido à preocupação de que a inclusão deva ser estabelecida por completo, em todas as áreas de conhecimento, livrando assim que o aluno seja excluído dentro deste processo.

Fazendo as adequações e adaptações necessárias, respeitando as individualidades de cada aluno e oferecendo oportunidade para que todos participem, sem limitá-los. Acrescentamos também que a atividade física atua como instrumento facilitador na socialização e inclusão do aluno, tanto no contexto escolar como no meio em que vive. (ROSADAS, 1989)

Segundo Diehl (2006, p.87) “[...] é ideal que o profissional de Educação Física conheça o histórico de cada aluno para poder, na medida do possível, personalizar a aula ou, no mínimo, fazer atividades passíveis de adequação para todos.”

2 DEFICIÊNCIA INTELECTUAL

A característica diagnóstica essencial para definir a deficiência mental que o Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM-IV) de 1995 traz, que “é um funcionamento intelectual significativamente inferior à média, acompanhado de limitações significativas no funcionamento adaptativo em pelo menos duas das seguintes áreas de habilidades: comunicação, autocuidados, vida doméstica, habilidades sociais e interpessoais, uso de recursos comunitários, auto-suficiência, habilidades acadêmicas, trabalho, lazer, saúde e segurança.

O início deve ocorrer antes dos 18 anos. O retardo mental possui muitas etiologias diferentes e pode ser visto como uma via final comum de vários processos patológicos que afetam o funcionamento do sistema nervoso central”.

A Deficiência Mental pode ser diagnosticada em indivíduos com QIs entre 70 e 75, porém, que exibam déficits significativos no comportamento adaptativo. Cautelosamente o DSM-IV recomenda que o Retardo Mental não deva ser diagnosticado em um indivíduo com um QI inferior a 70, se não existirem déficits ou prejuízos significativos no funcionamento adaptativo.

Para Fonseca (1995) o indivíduo deficiente é o que desvia da média ou do dito normal em:

1. Características mentais;
2. Aptidões sensoriais;
3. Características neuromusculares e corporais;
4. Comportamento emocional;
5. Aptidões de comunicação;
6. Múltiplas deficiências, ao ponto de justificar e requerer a modificação das práticas educacionais ou a criação de serviços de educação especial no sentido de desenvolver ao máximo as suas capacidades.

De acordo com Associação Americana de Desenvolvimento Mental (AAMD), na deficiência mental observa-se uma substancial limitação da capacidade de aprendizagem do indivíduo, e de suas habilidades relativas à vida diária. O portador de deficiência mental, assim caracteriza-se por um déficit de inteligência conceitual, prática e social.

A deficiência mental é definida pela Associação Americana de Desenvolvimento Mental (AAMD) como a condição na qual o cérebro está impedido de atingir um

desenvolvimento adequado, dificultado a aprendizagem no indivíduo, privando-o de adaptação social. Nesta definição surgem conceitos que vêem a deficiência mental de forma mais positiva, tais como desenvolvimento, aprendizagem e adaptação social, iniciando de certa forma, uma nova era quanto às expectativas, o que acentua o enfoque educacional, a exclusão social tem que ser combatida em todas as frentes, com perseverança. Os deficientes mentais não podem continuar a ser aprisionados e oprimidos, como cidadãos que são tem os mesmos direitos e devem Ter acesso às mesmas oportunidades. (FONSECA, 1995).

O problema da deficiência mental não se resolve com piedade e paternalismo provincianos nem com medos e autopunições irracionais. A deficiência mental não é uma doença, mas sim uma condição, que em termos humanos devem ser respeitada a todos os níveis. Medidas políticas são urgentes para lançar mão a atitudes de prevenção e processos de planificação sociocultural e médico - social para, efetivamente, desencadear condições do desenvolvimento social integrado (FONSECA, 1995, p. 49).

Então se pode dizer que deficiência mental é uma limitação funcional em duas ou mais áreas das habilidades básicas, que na maioria das vezes se apresenta em pessoas que possuem QI inferior a 70-75. Porém, apresentar QI baixo não quer dizer que estas pessoas não possam ter vida normal.

“As pessoas com deficiência mental não apresentam incompetência generalizada, possuindo muitas capacidades e habilidades que permitem o seu desenvolvimento e ajustamento às demandas do seu meio físico e social.” (CARVALHO, 1997, p.33).

A deficiência mental é dividida pela Organização Mundial de Saúde (OMS) da seguinte forma: profundos (QI abaixo de 20), severos (QI entre 20 e 30), moderados (QI entre 36 e 52) e leves (QI entre 53 e 70). (ROSADAS, 1989).

As deficiências podem ter várias razões e causas, algumas delas são: genética, complicações pré-natais, complicações no parto, complicações pós-natais, sócio-culturais e também causas desconhecidas. (DIEHL, 2006).

Podemos encontrar nas escolas alunos com deficiência mental leve, onde estes podem desenvolver habilidades acadêmicas aproximadamente a 6ª série escolar, quando adultos podem ter uma profissão conseguindo se sustentar, porém podem precisar de supervisão e orientação. Temos também a deficiência mental moderada, são crianças que se colocadas em classes especiais poderão aprender a ler, escrever, adquirir hábitos higiênicos e podem se comunicar verbalmente. A deficiência mental severa pode ser diagnosticada nos primeiros meses de vida, pois podem apresentar hipotonia abdominal, leves deformações torácicas e escoliose, essas crianças geralmente têm a psicomotricidade alterada, afetando a coordenação e o equilíbrio. (DSM-IV)

Hoje com a inclusão de alunos portadores de necessidades especiais sendo lei

(Resolução nº. 01 do CEE) os professores terão de se adaptar, e adaptar suas aulas para que esses alunos sejam tratados igualmente por todos, e participem de todas as atividades, com as adaptações necessárias, mas sabendo de que são capazes e podem ser como todos.

A prática da Educação Física na escola poderá favorecer a autonomia dos alunos para monitorar as próprias atividades, regulando o esforço, traçando metas, conhecendo as potencialidades e limitações e sabendo distinguir situações de trabalho corporal que podem ser prejudiciais. (BRASIL, 2001 p. 29)

3 EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR

Hoje na Educação Física escolar existem várias abordagens pedagógicas, são elas: Abordagem Desenvolvimentista; Abordagem Construtivista-Interacionista; Abordagem Crítico-Superadora; Abordagem Sistêmica; Abordagem da Psicomotricidade; Abordagem Crítico-Emancipatória; Abordagem Cultural; Abordagem dos Jogos Cooperativos; Abordagem da Saúde Renovada e Abordagem dos Parâmetros Curriculares Nacionais. Todas têm um objetivo em comum, romper o modelo mecanicista de trabalho. (DARIDO, 2003.).

Atualmente coexistem na área várias concepções, todas elas tendo em comum a tentativa de romper com o modelo anterior, fruto de uma etapa recente da Educação Física. Estas abordagens resultam da articulação de diferentes teorias psicológicas, sociológicas e concepções filosóficas. Todas essas correntes tem ampliado os campos de ação e reflexão para a área e aproximado das ciências humanas. Embora contenham enfoques diferenciados entre si, com pontos muitas vezes divergentes, têm em comum a busca de Educação Física que articule as múltiplas dimensões do ser humano. (DARIDO, 2003, p.22)

Ao chegar ao final do ensino fundamental objetiva-se que nas aulas de educação física os alunos consigam participar as atividades corporais, reconhecendo e respeitando características físicas, sem discriminação; tenham atitudes de respeito, dignidade e solidariedade; conheçam e respeitem manifestações de cultura corporal, percebendo que está pode integrar pessoas; saiba que é elemento do ambiente e adote hábitos saudáveis; solucione problemas de ordem corporal, regulando e dosando o esforço em um nível compatível com as possibilidades; reivindique condições de vida digna e reconheça condições de trabalho que comprometam os processos de crescimento e de desenvolvimento; conheça a diversidade de padrões de saúde, beleza e estética, compreendendo sua inserção dentro da cultura em que são produzidos; conheçam e reivindiquem locais adequados para promover atividades corporais de lazer reconhecendo-as como necessidade básica e de direito do cidadão. (BRASIL, 2001)

O processo de ensino e aprendizagem em Educação Física, portanto, não se restringe ao simples exercício de certas habilidades e destrezas, mas sim de capacitar o indivíduo a refletir sobre suas potencialidades corporais e, com autonomia, exercê-

las de maneira social e culturalmente significativa e adequada. (BRASIL, 2001, p.33)

A Proposta Curricular de Santa Catarina (1998) se embasa na proposta histórico-cultural, que estuda o ser humano a partir da prática social e da evolução histórica da sociedade. Nesta concepção, tem-se o compromisso com o indivíduo crítico, participativo, consciente e politizado, deixando clara a opção de buscar a superação.

4 INCLUSÃO

A Constituição Federal (1988) Art. 208 III, estabelece o direito da pessoa com necessidade especial receber educação, preferencialmente no ensino regular.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 1996 – (Lei N.º 9.394/96) assegura aos alunos com necessidades especiais currículos, métodos, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades específicas.

A inclusão de alunos portadores de necessidades especiais no ensino regular pode trazer benefícios para eles e também para os outros. Os alunos portadores de necessidades especiais podem aprender melhor, pois podem se espelhar nos colegas, aprendem a conviver com outras crianças e a lidar com suas dificuldades. As crianças sem deficiência aprendem a lidar com as diferenças, a respeitar os limites dos outros, e todas as crianças independente de deficiência ou não, aprendem a reconhecer as necessidades e competências dos colegas, a compreender e aceitar os outros e a desenvolver atitudes de apoio mútuo. (GIL, 2003)

[...] não é fácil, depois de toda uma experiência de ensino, em que a exclusão é uma das situações mais comumente vividas, fazer essa passagem necessária que nos leva a conceber a educação inclusiva como aquela em que todos, indiscriminadamente, são valorizados em seus conhecimentos e reconhecimentos, a partir de suas vivências culturais, de suas condições de aprender e de atribuir significado no mundo que nos cerca. (MACHADO; SARTORETTO, 2006)

Refletir a história implica em desfazer-se do costumeiro entendimento relativo de que todas as atitudes e formas de vida em sociedade são espontaneamente naturais, para compreendê-la enquanto produto de escolhas culturais que atendem às necessidades dos homens, numa determinada época, fundada no pressuposto de que o homem ao produzir sua vida produz e satisfaz a cada dia novas necessidades.

Ao longo da história da humanidade, é freqüente observarmos que muitas condições sociais têm sido consideradas como deficientes, refletindo normalmente este fato um julgamento social, julgamento que se vai requintando e sofisticando a medida que as sociedades se vão desenvolvendo tecnologicamente, em função de valores e de atitudes culturais específicas. (FONSECA, 1995, p. 7)

A educação inclusiva é, sim, uma educação que envolve planejamento e distribuição de verbas adequadas à demanda educacional, logo, exige muito investimento, pois se supõe que essas escolas ofereçam serviços diferenciados. Portanto, o que se quer é uma nova escola regular e, não a proliferação de escolas regulares tais como as que se apresentam hoje. A luta dos educadores por uma escola para todos é meta universalmente aceita.

Nessa perspectiva, inclusão escolar não é manter todos os alunos no mesmo espaço físico, ou seja, na mesma sala de aula, por quatro horas diárias, participando, ainda que supostamente, de todos os momentos planejados pelo professor. Ao contrário, é preciso oferecer a cada aluno as situações de aprendizagem que melhor atendam às suas necessidades e que promovam seu sucesso construindo, através dessas ações pontes para a conquista do saber.

Citando Mantoan (1995, p 33), “[...] é preciso mudar a escola e, mais precisamente, o ensino nela ministrado. A escola aberta a todos é o grande alvo e, ao mesmo tempo, o grande problema da educação nestes novos tempos. Mudar a escola é enfrentar muitas frentes de trabalho, cujas tarefas fundamentais são recriar o modelo educativo escolar, tendo como eixo o ensino para todos.”

Reorganizar pedagogicamente as escolas, abrindo espaços para que a cooperação, o diálogo, a solidariedade, a criatividade e o espírito crítico sejam exercitados nas escolas, por professores, administradores, funcionários e alunos, porque são habilidades mínimas para o exercício da verdadeira cidadania. Garantir aos alunos tempo e liberdade para aprender, bem como um ensino que não segrega e que reprova a repetência. Formar, aprimorar continuamente e valorizar o professor, para que tenha condições e estímulo para ensinar a turma toda, sem exclusões e exceções.

5 PESQUISA DE CAMPO

Foi realizada uma pesquisa de campo, utilizando de questionários com perguntas qualitativas e quantitativas, aplicado à professores de educação física da rede pública de ensino de Correia Pinto SC.

Foram distribuídos 12 (doze) questionários, sendo que 09 (nove) foram devolvidos. Dos professores entrevistados todos então tendo experiências com alunos com deficiência intelectual.

5.1 RESULTADOS DA PESQUISA

Segundo a tabela 1, (n=2, 22,20%) estão cursando ensino superior; (n=2, 22,20%) possui ensino superior completo e (n=5, 55,60%) tem pós-graduação, na área de Educação Física.

Podemos observar com esses resultados que todos os professores que foram entrevistados estão graduados, ou em graduação, dentro da área da determinada pesquisa. Esse é um dado importante e animados, pois sabendo que para se dar uma aula de educação física o professor deve ter conhecimento de matérias específicas que só é adquirida na graduação.

O PCN, 2001 nos diz que O processo de ensino e aprendizagem em Educação Física, não se restringe ao simples exercício de certas habilidades e destrezas, mas sim de capacitar o individuo a refletir sobre suas potencialidades corporais e, com autonomia, exercê-las de maneira social e culturalmente significativa e adequada.

Tabela 1. Nível de Instrução

	f	%
Magistério	0	0
Ensino médio	0	0
Superior em curso	2	22,20
Superior completo	2	22,20
Pós Graduação	5	55,60
Mestrado	0	0
Doutorado	0	0
Total	9	100%

Fonte: dados da pesquisa.

O tempo de experiência, (tabela 2), dos professores que estão atuando nas escolas públicas (n= 1, 11,1%) tem entre 20 e 35 anos; 33,3% tem de 7 a 19 anos, também 33,3% tem de 1 a 3 anos de experiência, e 22,3 % tem de 4 a 6 anos.

Com esses resultados podemos ver que hoje a escola está com professores diversificados, uns com mais experiências e com mais tempo de serviço, e outros com pouca experiência, porém saídos do forno agora, o que pode ser um mistura de grande valia, se trabalhada em conjunto, com as novidades do novo professor, e o conhecimento adquirido ao longo do tempo pelo professor que está a mais tempo no magistério.

Tabela 2. Tempo de experiência no magistério como professor de educação física

	f	%
1 a 3 anos	3	33,3
4 a 6 anos	2	22,3
7 a 19 anos	3	33,3
20 a 35 anos	1	11,1
Total	9	100%

Fonte: dados da pesquisa.

Segundo a tabela 3, (n= 5, 55,6%) tiveram em sua graduação matérias relacionadas a educação física especial ou atividade física adaptada, e (n= 4, 44,4%) não tiveram matérias relacionadas ao tema.

Tabela 3. Teve na faculdade disciplinas específicas com conteúdos voltados para Educação Física Especial ou Educação Física adaptada?

	f	%
Sim	5	55,6%
Não	4	44,4%
Total	9	100%

Fonte: dados da pesquisa.

A maioria dos professores participantes desta pesquisa que tiveram matérias referentes a conteúdos voltados para educação especial, ou atividade física adaptada tem entre 1 a 3 anos de experiência, o que nos mostra que a inclusão é uma coisa mais recente. E como já vimos acima, que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9394/96 consolidou a inclusão dos alunos com PNE's (Portadores de Necessidade Especiais) e nas políticas educacionais emanadas do Ministério da Educação, que determinam que alunos com deficiências sejam atendidos preferencialmente na rede regular de ensino.

A tabela 4 mostra que (n= 9, 100%) tem experiências com alunos deficientes.

Todos os participantes da pesquisa têm experiências com alunos deficientes, sendo que destes, 22,2% tem experiências com esses alunos a mais de 5 anos, os outros 77,8% trabalham com esses alunos a menos de 5 anos.

Segundo a tabela 5, (n= 3, 33,3%) dos professores fizeram algum curso referente a área da educação especial, e (n=6, 66,7%) não fizeram nenhum tipo de curso referente a área perguntada.

Vemos que dos 9 professores entrevistados, somente 3 fizeram algum curso na área no último ano. Dos que não fizeram nenhum tipo de curso, alguns alegaram que sentem falta de

apoio das autoridades e dos superiores que trabalham com a educação, e se tivessem um pouco de apoio estariam se especializando para trabalhar com os alunos PNE's.

Tabela 4. Experiências com alunos especiais

	f	%
Sim	9	100%
Não	0	0%
Total	9	100%

Fonte: dados da pesquisa.

Tabela 5. Realizou algum curso na área no último ano?

	f	%
Sim	3	33,3%
Não	6	66,7%
Total	9	100%

Fonte: dados da pesquisa.

Segundo a tabela 6, (n= 4, 44,4%) estagiaram em sua graduação com alunos deficientes, e (n= 5, 55,6%) não estagiaram com nenhum tipo de aluno deficiente.

Dos professores que estagiaram com alunos deficientes a maioria tem de 1 a 3 anos de experiência. É como foi falado na tabela 3, que a inclusão de alunos com alguma deficiência é uma coisa bem recente, e devido a isso os que se formaram há mais tempo não tiveram essa oportunidade.

Tabela 6. Teve a oportunidade de estagiar com PNE's na graduação?

	f	%
Sim	4	44,4%
Não	5	55,6%
TOTAL	9	100%

Fonte: dados da pesquisa.

Segundo a tabela 7, (n= 0,0%) nenhum professor disse que a escola está completamente preparada, em relação a sua estrutura física, para receber os alunos com alguma deficiência, (n= 8, 88,9%) alegaram que a escola está parcialmente preparada para receber estes alunos, e (1, 11,1%) falaram que a escola não está preparada para receber os alunos deficientes.

A maioria dos professores colocaram que a escola está parcialmente preparada para receber os alunos que possuem algum tipo de deficiência, sabendo que vários desses alunos possuem deficiência física e precisam de rampas e adaptações em banheiros, salas, e também

nos locais das aulas de educação física.

Tabela 7. A escola está preparada para receber alunos PNE's, em relação a sua estrutura física?

	f	%
Sim, completamente	0	0%
Sim, parcialmente	8	88,9%
Não	1	11,1%
TOTAL	9	100%

Fonte: dados da pesquisa.

Segundo a tabela 8, (n= 1, 11,1%) dos professores responderam que a escola está completamente preparada para receber os alunos PNE's em relação ao conhecimento dos professores em sua prática pedagógica. (n= 7, 77,8%) disseram que a escola esta parcialmente preparada e (n= 1, 11,1%) acham que a escola não está preparada para receber os alunos em questão de conhecimento dos professores.

Tabela 8. A escola está preparada para receber alunos PNE's, em relação ao conhecimento dos professores na sua prática pedagógica?

	f	%
Sim, completamente	1	11,1%
Sim, parcialmente	7	77,8%
Não	1	11,1%
TOTAL	9	100%

Fonte: dados da pesquisa.

Estes resultados podem significar que os professores não estão se aperfeiçoando em relação a inclusão dos alunos com deficiência, visto que a minoria dos entrevistados fizeram cursos na área no ultimo ano. Mas sabemos que a inclusão está batendo a nossa porta, e mesmo sem o conhecimento teórico os alunos estão chegando as escolas, mas “não é fácil, depois de toda uma experiência de ensino, em que a exclusão é uma das situações mais comumente vividas, fazer essa passagem necessária que nos leva a conceber a educação inclusiva”.

A questão nove, pergunta como o professor faz a inclusão dos alunos PNE's nas aulas de educação física, alguns responderam que os incluem fazendo com que esses alunos se integrem com os demais da turma, adaptando as atividades para que todos possam participar, outros responderam que fica complicado adaptar a aula devido a estrutura física do lugar onde de faz a aula, e então trabalha muitas vezes separado da turma, fazendo outro tipo de

atividade.

A questão dez procura saber na opinião do professor, que benefícios a educação física proporciona para os alunos com deficiência intelectual. As respostas mostraram que na opinião dos professores, o aluno ganha em qualidade de vida, em auto-estima, em socialização, desenvolve capacidades motoras como lateralidade, equilíbrio, agilidade e coordenação. Alguns relataram que a educação física é uma das principais disciplinas, pois nela pode se trabalhar melhor os limites, a motivação, o respeito, o aluno também aprende a se socializar e descobrir suas potencialidades, também é uma aula prazerosa, onde eles podem ter um momento de lazer, que muitas vezes eles só têm nessa aula, quando a família não a proporciona.

Na última questão, é perguntado como é a avaliação deste aluno, alguns responderam que avaliam conforme o desenvolvimento do aluno nas aulas, sempre respeitando suas limitações, considerando o que ele desenvolve nas aulas, se participa e se há interesse na aula.

6 CONCLUSÃO

Vimos com esta pesquisa que os alunos deficientes intelectuais têm muito a ganhar estando inclusos no ensino regular. Ganham em psicomotricidade, equilíbrio, coordenação motora, agilidade, auto-estima, aprendem a conviver com os colegas, desenvolvem capacidades motoras, ganham em qualidade de vida.

Mas não só os deficientes ganham, e sim todos os que estão no meio em que ele está inserido, aprendendo a respeitar os outros, a conhecer suas potencialidades e respeitar as dificuldades dos outros.

Os professores estão tentando incluir esses alunos de forma com que eles se sintam parte integrante do meio, fazendo com que eles convivam com as outras crianças. Então, por fim, a Educação Física pode trazer benefícios e prazer para os alunos deficientes intelectuais e os demais, pois é nessa aula que eles tem mais chance de estar se conhecendo e aprendendo a se respeitar.

REFERÊNCIAS

BRASIL/MEC. **Lei n. 9.394** de 20 de dezembro de 1996.

_____. **Política de Educação Infantil**. Brasília, SEF/DPE/COEDI, 1993.

_____. **Política Nacional de Educação Especial**. Brasília, SEESP, 1994.

BRASIL. Parâmetros Curriculares Nacionais: Educação Física. **Ministério da Educação. Secretaria da Educação Fundamental**. 3 ed. Brasília: A Secretária, 2001.

CARVALHO, Erenice Natália Soares. Brasil. Secretaria de Educação Especial Deficiência Mental. Brasília SEESP, 1997.

Constituição Federal (1988) Art. 208 III.

DARIDO, Suraya Cristina. **Educação Física na Escola: Questões e Reflexões**. Rio de Janeiro. Editora Guanabara Koogam S.A. 2003.

DIEHL, Rosilene Moraes. **Jogando com as diferenças: Jogos para crianças e jovens com deficiência**. Editora Phorte. São Paulo, 2006.

FONSECA, Vitor. **Educação Especial: Programa de estimulação precoce uma introdução as idéias de Feurstein**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

GIL, Marta. **Educação Inclusiva: o que o professor tem a ver com isso?**. São Paulo. 2003. Disponível em: http://saci.org.br/pub/livro_educ_incl/redesaci_educ_incl.html, pesquisado em 14/11/2011.

MACHADO, Rosângela. SARTORETTO, Mara. **Ensinando a turma toda: as diferenças na escola**. O desafio das diferenças: Boletim 21, 2006.

MICHAELIS: dicionário prático da língua portuguesa. 2 ed. São Paulo. Editora Melhoramentos, 2009.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. Peculiaridades e semelhanças entre normais e deficientes face aos processos de desenvolvimento mental. **Temas sobre desenvolvimento**, v. 5, n. 25, jul./ago. 1995.

Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM-IV) de 1995.

ROSADAS, Sidney Carvalho. **Atividade Física Adaptada e Jogos Esportivos para o Deficiente: Eu posso. Vocês Duvidam?**. Rio de Janeiro. São Paulo, 1989.

SANTA CATARINA. Secretaria de Estado da Educação e do Desporto. **Proposta Curricular de Santa Catarina: Educação Infantil, Ensino Fundamental e Médio: Disciplinas Curriculares**. Florianópolis: COGEN, 1998.

SANTA CATARINA. Secretaria de Educação, Ciência e Tecnologia. Fundação Catarinense de Educação Especial. **Política de Educação Especial do Estado de Santa Catarina: proposta**. Coordenador Sergio Otavio Bassetti. São José: FCEE, 2006.